

COP-30 e editoriais da grande imprensa: uma leitura decolonial ¹

Fabício Bernardes ²

Resumo

Este trabalho tem como proposta verificar como o discurso ambiental produzido pela mídia tradicional perpetua estruturas coloniais, mantendo a centralidade do olhar ocidental sobre o Brasil, em especial, a Amazônia. Para tanto, mobiliza perspectivas decoloniais de (QUIJANO, 2000; MIGNOLO, 2005) e das reflexões sobre poder e saber (FOUCAULT, 1979) para a realização de uma análise do discurso francesa (BACCEGA, 1998) em três editoriais recentes dos principais jornais brasileiros: O Estado de S. Paulo, O Globo e Folha de S. Paulo. Nota-se que o discurso produzido por esses jornais nesses espaços de opinião, à medida que funciona como dispositivo de poder/saber, reproduz perspectivas eurocentristas que reforçam a colonialidade do saber e do ser no espaço midiático brasileiro e, por consequência, silencia vozes do Sul Global.

Palavras-chave: jornalismo; opinativo; decolonialidade; meio-ambiente; análise do discurso.

Introdução

A relação entre as sociedades humanas e a natureza sempre foi profunda e indissociável. Ao longo de diferentes períodos e formas de organização social, a natureza foi uma parte constitutiva da vida social, da cultura e da própria identidade dos grupos humanos. Essa relação não esteve isenta de tensões, conflitos ou práticas de dominação, mas não se organizava, até a consolidação da modernidade, a partir de uma pretensão de controle sistemático, totalizante e racionalizado. A trajetória dos humanos nos últimos séculos, em especial nos séculos XIX e XX, e apoiada nos avanços científicos, na técnica e na noção de progresso, instituiu uma separação cada vez mais nítida entre sociedade e natureza.

¹ Trabalho apresentado no eixo temático Crise climática e antropoceno, meio ambiente, biodiversidade e sustentabilidade do XVIII Simpósio Nacional da ABCiber – Associação Brasileira de Pesquisadores em Ciberultura. Faculdade Cásper Líbero - FCL, realizado nos dias 11 a 13 de novembro de 2025.

² Mestrando, ESPM, fbneri@gmail.com.

Nesse processo histórico, consolida-se uma compreensão na maioria das sociedades modernas segundo a qual o humano se vê como exterior e superior ao mundo natural, legitimando práticas de transformação ambiental em larga escala e inaugurando um descompasso profundo entre os ritmos da vida social e os limites ecológicos do planeta. É nesse contexto que se configura a crise climática contemporânea, compreendida como um desafio de escala global que afeta todos os habitantes do planeta, mas que não se distribui de forma homogênea. A crise climática espelha as estruturas sociais que a produziram, refletindo sociedades marcadas por profundas desigualdades, disputas de poder, interesses econômicos, dinâmicas geopolíticas e conflitos históricos entre populações e territórios.

No âmbito das respostas institucionais a esse cenário, surgem as Conferências das Partes (COPs), instituídas a partir da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, assinada em 1992, como espaços voltados à negociação e à cooperação internacional frente ao aquecimento global e outros desafios climáticos. Desde então, as COPs passaram a ocupar lugar central no debate ambiental contemporâneo, funcionando tanto como fóruns diplomáticos quanto como eventos de grande visibilidade pública. Historicamente, esses encontros foram organizados a partir de referenciais políticos, científicos e institucionais majoritariamente associados ao Norte Global.

A realização da COP-30 no Brasil, e particularmente na Amazônia, de 10 a 21 de novembro de 2025, constituiu um acontecimento histórico ao deslocar o centro geográfico e simbólico da conferência para um território atravessado por processos coloniais, disputas ambientais e conflitos sociais persistentes. A escolha de Belém como cidade-sede sinaliza uma possibilidade de reorientação do olhar global sobre a crise climática, colocando a Amazônia no centro do debate. Ao mesmo tempo, esse deslocamento simbólico se desenvolve em um ambiente discursivo no qual a mídia tradicional desempenha papel central na produção de sentidos sobre o evento, o país e a região amazônica.

É a partir dessa problematização que se insere o presente artigo, cujo objetivo é analisar como o discurso ambiental produzido pela mídia tradicional brasileira constrói sentidos sobre a realização da COP-30 no país. Para isso, examinam-se editoriais dos três principais jornais do Brasil, O Estado de S. Paulo, O Globo e Folha de S. Paulo, que antecederam o evento, buscando compreender se e de que maneira esses textos mobilizam perspectivas eurocentradas que contribuem para a reprodução de estruturas coloniais de poder e saber no espaço midiático brasileiro. Para tal, utiliza-se a abordagem da análise do discurso de tradição francesa.

A imprensa e a opinião

A mídia tem um papel fundamental na ordem social. Para Nick Couldry (2019), as sociedades modernas se organizam em torno de um “mito do centro mediado”, segundo o qual a mídia é concebida como o ponto de convergência simbólica das práticas sociais.

“A mídia [...] tem efeitos sociais de larga escala, não apenas porque os mecanismos centralizados de transmissão estão estabelecidos, mas também porque acreditamos na autoridade do discurso da mídia em inúmeros contextos locais, porque acreditamos que os outros acreditarão da mesma maneira, e porque agimos de acordo com essas crenças em inúmeras ocasiões específicas” (COULDRY, 2000, p. 5).

Essa posição central dos meios de comunicação de traduzir a realidade, legitimar certas visões e selecionar quais vozes serão amplificadas e quais serão silenciadas estabelece o que Foucault (1979) denomina de regimes de verdade. Trata-se de um conjunto de práticas e saberes que determinam o que pode ser dito e quem pode dizer, produzindo efeitos de verdade que organizam a percepção social da realidade. O discurso midiático funciona, portanto, como um dispositivo de poder/saber, ao produzir e reproduzir enunciados socialmente reconhecidos como verdadeiros.

Quando veículos de comunicação publicam editoriais, expressam abertamente uma posição interpretativa e normativa sobre os acontecimentos. É um espaço por meio do qual divulgam avaliações, julgamentos e orientações para o leitor. Essas opiniões, além de estarem inseridas no

contexto acima de posição central da mídia na vida social (COULDRY, 2000; 2019) e interpretadas a partir de sua inserção num regime de verdade (FOUCAULT, 1979), têm sua força ampliada pelo capital simbólico acumulado historicamente por veículos como O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e O Globo. Como argumenta Bourdieu (1989), a eficácia de um discurso não reside apenas no que é dito, mas também na posição social de quem o enuncia e no reconhecimento social dessa posição.

É igualmente necessário considerar a materialidade linguístico-discursiva dos artigos de opinião de grandes veículos. Conforme Baccega (1998), sendo o discurso o espaço em que a linguagem e a ideologia se encontram na produção de sentidos sobre a realidade, os editoriais enquanto textos inseridos no gênero jornalístico, explicitam valores, avaliações e hierarquias que orientam interpretações sobre acontecimentos. São textos que assumem sua dimensão opinativa e, consequentemente, utilizam estratégias argumentativas enfáticas e de convencimento características do próprio funcionamento do gênero opinativo. Dessa forma, mobilizam a linguagem como instrumento de configuração do juízo público, reforçando sua relevância e intervenção no debate social.

Crise climática, colonialidade e produção discursiva

Levando em conta a estrutura do poder-saber vigente nas sociedades modernas, o regime da verdade construído por ela é o mesmo que sustenta o eurocentrismo descrito por Quijano (2000) que hierarquiza povos e epistemes, consolidando a colonialidade como forma de controle simbólico. Para o autor, a colonialidade do poder se configura como um sistema de poder e dominação global que emerge com a colonização das Américas e permanece em vigor mesmo após o fim formal do colonialismo. Esse padrão articula a classificação racial da população mundial, a divisão internacional do trabalho e a hierarquização dos saberes, estabelecendo quais povos, territórios e formas de conhecimento são reconhecidos como legítimos.

A colonialidade do poder, portanto, não se restringe à esfera econômica ou política – ela se atualiza continuamente no plano simbólico e discursivo, organizando modos de percepção, critérios de avaliação e formas de narrar o mundo, naturalizando a superioridade de determinados modelos de racionalidade, desenvolvimento e governança. No campo ambiental, essa lógica se expressa na imposição de padrões definidos a partir do Norte Global como universais, ao mesmo tempo em que desqualifica outras experiências históricas e interpreta outras formas de relação com a natureza como atrasadas, ineficientes ou incapazes.

Tal dimensão simbólica da dominação colonial é aprofundada por Mignolo (2005) ao formular o conceito de colonialidade do saber. Segundo o autor, o projeto moderno-colonial organizou a exploração econômica dos territórios colonizados. Além disso, instituiu uma hierarquia epistêmica que consagrou os conhecimentos produzidos na Europa Ocidental como universais, científicos e racionais, relegando os demais a um estatuto de particularidade ou subalternidade. Trata-se de um processo pelo qual determinados lugares de enunciação são legitimados como centros produtores de sentido, enquanto outros são silenciados ou autorizados apenas a falar a partir de posições de carência e déficit.

No âmbito do discurso midiático, essa hierarquização epistêmica se manifesta na naturalização de categorias, vocabulários e critérios interpretativos que se apresentam como neutros ou técnicos, mas que carregam uma localização histórica e geopolítica específica. Ao avaliar eventos globais como as Conferências das Partes a partir de parâmetros de eficiência, credibilidade institucional e racionalidade econômica, o discurso jornalístico participa da reprodução da colonialidade do saber, ao impor padrões interpretativos externos como universais e ao reduzir a complexidade histórica e social dos territórios do Sul Global a imagens de falha ou insuficiência.

A crise climática intensifica justamente essas tensões entre Norte e Sul ao introduzir um novo tipo de universalidade, como argumenta Chakrabarty (2021). Para o autor, a ameaça climática cria uma condição inédita de pertencimento comum à espécie humana, uma vez que

todos os habitantes do planeta compartilham os riscos associados ao aquecimento global. No entanto, essa universalidade fundada na ameaça física tende a obscurecer as diferenças históricas e estruturais que produziram a própria crise. Ao tratar o aquecimento global como resultado da ação do “humano” em abstrato – tal como se verifica por meio de leituras baseadas na noção do Antropoceno – o discurso climático dominante dilui as responsabilidades desiguais de países, classes sociais e modelos de desenvolvimento. “Isso [...] possibilita a distribuição da culpa pela crise planetária de uma forma que ignora a história das contribuições desiguais para o problema.” (CHAKRABARTY, 2021, p. 15).

Esse apagamento histórico tem consequências políticas e discursivas relevantes, pois, à medida que dissemina a noção de Antropoceno e relativiza a discussão sobre as contribuições desiguais para a crise climática, torna-se mais difícil problematizar os legados coloniais e imperiais que sustentaram os padrões de produção e consumo responsáveis pela maior parte das emissões históricas de carbono. Como consequência disso, países do Sul Global aparecem simultaneamente como vítimas preferenciais da crise e como alvos prioritários de cobrança moral e vigilância internacional, num movimento que reforça hierarquias já consolidadas na ordem geopolítica mundial.

Nesse sentido, ao articular colonialidade do poder, colonialidade do saber e crise climática, é possível visualizar evidências de como o discurso ambiental contemporâneo pode funcionar muitas vezes como mecanismo de atualização de estruturas coloniais. Ao mobilizar uma universalidade abstrata e critérios supostamente neutros de avaliação, esse discurso tende a reinscrever desigualdades históricas e a limitar o reconhecimento de perspectivas alternativas sobre a relação entre sociedade, natureza e futuro planetário.

Metodologia

Este estudo adota a Análise do Discurso de tradição francesa como perspectiva metodológica para examinar a produção de sentidos sobre a COP-30, o Brasil e a Amazônia em

textos opinativos da grande imprensa. Parte-se da compreensão do discurso como “lugar em que linguagem e ideologia (pontos de vista, ideias, conteúdos, temáticas, etc.) se manifestam de modo articulado” (BACCEGA, 1998, p. 104), permitindo observar como escolhas lexicais, construções argumentativas e estratégias de enunciação participam da institucionalização de sentidos socialmente legitimados.

O corpus é composto por três editoriais publicados por O Estado de S. Paulo, O Globo e Folha de S. Paulo entre setembro e outubro de 2025, selecionados em função da centralidade desses veículos no espaço midiático brasileiro e do editorial como gênero institucional de opinião, no qual os jornais explicitam avaliações e orientações interpretativas sobre acontecimentos. Embora o corpus analítico se restrinja a três editoriais, recorre-se pontualmente a materiais de circulação discursiva no entorno (outros editoriais, títulos e chamadas correlatas) apenas como marcadores de memória discursiva e de condições de produção, sem que compoñham o conjunto principal de sequências analisadas.

A análise consistiu na identificação de regularidades discursivas a partir de recortes enunciativos relevantes (títulos, linhas-finas e trechos avaliativos), interpretados à luz das categorias teóricas mobilizadas no artigo. Com base na leitura do corpus, foram estabelecidas três dimensões analíticas articuladas: (1) o léxico e a semântica da racionalidade e do progresso; (2) a representação do Brasil e da Amazônia; e (3) construções de sentido associadas à colonialidade. Essas dimensões permitem compreender como o discurso editorial participa da produção de sentidos sobre a COP-30 e de que modo tais sentidos podem reforçar estruturas coloniais no espaço midiático brasileiro.

Paralisia climática – Estadão

No editorial do Estadão “Paralisia Climática”, verifica-se a utilização de palavras como “paralisia climática” e “mau sinal” no título e linha fina do texto para descrever a situação da COP-30, à época de publicação do artigo, a menos de 40 dias do seu início. É uma construção discursiva

alinhada a uma racionalidade eurocêntrica de organização, eficiência e sucesso. Tanto é que, a efeito de contraste, evoca os números exitosos, em sua visão, da mesma conferência realizada em 2021 na Escócia. Ao fazer isso, revela como linguagem e ideologia se articulam (BACCEGA, 1998) e como o jornalismo – principalmente o opinativo – naturaliza critérios europeus como critérios de eficiência universais e gera efeitos de verdade.

“Cada sociedade tem o seu regime de verdade, ou seja, os discursos que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros, os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir entre o verdadeiro e o falso, a maneira como se sanciona cada um; enfim, o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro.” (FOUCAULT, 1979, p. 12)

Ou seja, em termos foucaultianos, o efeito de verdade parece verdade não necessariamente porque corresponde à realidade, mas porque está inserido em relações que lhe conferem legitimidade. O texto veiculado pelo Estadão, ao apresentar a COP-30 como um evento ameaçado por “paralisia” e “ineficiência”, não descreve fatos com neutralidade, mas produz efeitos de verdade (FOUCAULT, 1979).

Ainda que o corpus deste artigo se concentre no editorial “Paralisia climática”, vale observar que o próprio jornal vinha, nas semanas anteriores, construindo um ambiente avaliativo que enfatizava riscos logísticos e impasses de organização relacionados à escolha de Belém como sede. Essa circulação discursiva no entorno do evento contribui para consolidar uma expectativa de insuficiência e improviso associada ao país-sede, funcionando como pano de fundo interpretativo para a leitura do texto analisado.

A título de contextualização, sem integrar o corpus principal, um editorial anterior do mesmo jornal (“O risco de esvaziamento da COP-30”, publicado em 18 de setembro de 2025) utilizava esse mesmo enquadramento discursivo ao associar Belém a entraves logísticos e de hospedagem. O texto afirma: “porque o Brasil ainda não conseguiu resolver os problemas logísticos derivados da escolha de Belém para sediar o encontro, a discussão de ‘propostas objetivas’ sequer entrou em pauta.” Essa formulação reforça a leitura de insuficiência

administrativa e ajuda a estabilizar, no plano editorial, a COP-30 no Brasil como uma prova de incompetência nacional, em sintonia com o que Mignolo (2005) nomeia diferença colonial. Embora a COP seja sediada por um país específico, sua organização e seus resultados são de responsabilidade coletiva dos Estados-partes da UNFCCC (Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima), sendo de responsabilidade coletiva dos Estados-partes. Cabe ao país-sede sobretudo funções logísticas e de presidência política, mas não condicionam a densidade das negociações, a ambição das metas pactuadas nem os sentidos políticos produzidos no âmbito da conferência.

Em síntese, o editorial constrói a COP-30 a partir de uma gramática da eficiência e do desempenho, avaliando o evento segundo parâmetros de organização e sucesso associados a experiências europeias. Ao enquadrar a proximidade da conferência por meio de um léxico de imprevisto e risco, o texto produz uma leitura do Brasil e de Belém como espaços de insuficiência administrativa, naturalizando critérios externos como universais.

O Globo – Sem metas de emissão, COP-30 será frustrante

O editorial d'O Globo “Sem metas de emissões, COP-30 será frustrante” adota uma narrativa parecida de fracasso da COP-30 relacionado à entrega de metas de outros países, mas vai além: argumenta que essa situação gera incerteza e fuga de investidores e, portanto, de capital. Neste caso, constrói um efeito de verdade em que o debate climático só tem legitimidade quando está alinhado à lógica do mercado financeiro e de capitais. O editorial expressa, assim, uma narrativa que reforça o que Foucault (2008) identifica como governamentalidade neoliberal – ou seja, um conjunto de regras que orientam governos a conduzir indivíduos e populações segundo critérios econômicos de risco, eficiência e competitividade econômica conforme definido no neoliberalismo. Ao afirmar que a COP-30 no Brasil gera incerteza a investidores, o editorial desloca o debate sobre clima e o posiciona no centro da lógica de mercado. O efeito de verdade (FOUCAULT, 1979) produzido aqui é de que a pauta ecológica precisa se adequar ao modelo

empresarial neoliberal, duplamente, portanto, à colonialidade do poder (MIGNOLO, 2005), uma vez que o modelo econômico neoliberal é uma invenção do Norte global.

O texto continua seu curso declarando que “Belém precisa transmitir uma mensagem inequívoca” para evitar consequências negativas. Ao fazer isso, novamente transfere a responsabilidade de sucesso do evento à cidade que o recebe – e não aos países que mais contribuem e contribuíram com o aquecimento global e a crise climática, involucrando sua argumentação no conceito de Antropoceno (CHAKRABARTY, 2021). Também descreve a conjuntura do momento como uma responsabilidade que o Brasil e Belém têm de correr contra o tempo: “ainda dá tempo de evitar a frustração”, como se a apresentação das metas climáticas de cada país que vai participar da conferência fosse, de alguma forma, responsabilidade do país-sede da conferência, e não da ONU.

O editorial, portanto, interpreta a COP-30 prioritariamente a partir de seus efeitos sobre o ambiente econômico, associando-a à confiança dos mercados e à previsibilidade institucional. Esse deslocamento subordina a legitimidade do debate climático à lógica financeira, inscrevendo o evento em uma racionalidade neoliberal que reforça hierarquias globais na definição do que conta como governança ambiental “responsável”.

Folha de S.Paulo – Quatro décadas de devastação florestal

O editorial da Folha de S.Paulo “Quatro décadas de devastação florestal” enfatiza uma responsabilidade histórica do Brasil pela degradação ambiental do seu território. Ele é um editorial propaganda para promover compilação de informações levantadas pelo jornal que apontam que o país perdeu cerca de 1 milhão de km² de vegetação nativa em quatro décadas. É, portanto, um texto que representa a Amazônia como lugar de perda e falha, reforçando um discurso de culpa e destruição nacional, que ignora as dimensões coloniais, capitalistas e geopolíticas que condicionaram a exploração da Amazônia. O país é representado como agente individual da destruição amazônica e avaliado moralmente em uma narrativa de dispositivo disciplinar

(FOUCAULT, 1979) responsável por produzir uma culpabilização do Estado brasileiro por falhas histórias e evidenciando uma posição de vulnerabilidade moral diante do mundo. Esse discurso é elevado pela escolha léxica do jornal – desde “devastação”, “perda” até “quatro décadas de falha ambiental” – que, conforme Baccega (1998), revela como a imprensa institui sentidos e representa uma realidade amazônica sustentada por falha crônica, não de exploração global ou de resistência de comunidades indígenas ou mesmo ribeirinhas. Mais uma vez, o texto produz uma semântica de insuficiência que classifica o Brasil como um país incapaz de gerir seu próprio território,

Apenas no último parágrafo a COP-30 é citada – num contexto em que o Brasil tem que apresentar desempenho climático no evento, como se o país tivesse a obrigação de exibir “trunfos na contenção de sua principal fonte de emissões de gases de efeito estufa”, e não em situação de igualdade perante os outros países, que participarão da conferência para discutir alternativas para a crise climática – e não para justificar seu passado. Esse discurso de autocrítica nacional, concentrado na culpa e na responsabilização interna pela destruição ambiental, reforça o que Mignolo (2005) denomina colonialidade internalizada, pela qual as periferias adotam o olhar do centro como parâmetro de autorrepresentação. Ao caracterizar a Amazônia como espaço simbólico de falha, como observa Baccega (1998), o jornalismo institui sentidos sobre o real, reafirmando os valores de sua formação discursiva dominante. Ao assumir o papel de definidor de progresso e atraso, mais uma vez coloca o país numa situação em que é sempre um objeto avaliado, nunca um sujeito apropriado para falar de si mesmo.

Por fim, o texto constrói a crise ambiental por meio de uma semântica da perda e da devastação, atribuindo ao Brasil uma responsabilidade moral central pela destruição de seu território. Ao privilegiar uma narrativa de autocrítica nacional, o editorial desloca as dimensões históricas e geopolíticas da exploração amazônica, reforçando uma forma de colonialidade internalizada na autorrepresentação do país.

Síntese comparativa dos editoriais

A análise dos três editoriais procurou evidenciar uma existência de regularidades discursivas na forma como a COP-30 é construída no espaço midiático brasileiro, apesar das diferenças de ênfase e registro entre os veículos. Em comum, os três textos apresentam uma mobilização de critérios de avaliação que deslocam o debate climático de suas dimensões históricas e geopolíticas globais para parâmetros de desempenho, credibilidade e responsabilidade atribuídos prioritariamente ao país-sede.

No plano lexical e argumentativo, observa-se a recorrência de uma racionalidade avaliativa que toma como referência padrões externos ao contexto brasileiro. No Estado de S. Paulo, essa racionalidade se manifesta por meio da gramática da eficiência organizacional; em O Globo, pela subordinação da legitimidade ambiental à confiança dos mercados e à previsibilidade econômica; e, na Folha de S. Paulo, por meio de uma semântica da perda e da falha que estrutura uma narrativa de responsabilização moral do país. Apesar dessas variações, os três editoriais convergem ao construir a COP-30 como um teste de capacidade nacional, mais do que como um espaço de negociação coletiva sobre a crise climática.

Além disso, os três editoriais produzem um efeito de “despolitização seletiva” do debate climático. O caráter estrutural da crise – atravessado por responsabilidades históricas desiguais, disputas geopolíticas e conflitos de modelo de desenvolvimento – aparece diluído, enquanto se amplificam critérios de avaliação que recaem sobre a performance nacional. Com isso, as assimetrias do sistema internacional são convertidas em problemas de gestão local: a crise climática surge como horizonte comum, mas a cobrança se concentra em demonstrar capacidade, previsibilidade e confiabilidade dentro de parâmetros já estabilizados.

A convergência desses enquadramentos se torna particularmente visível na representação do Brasil e da Amazônia. Nos três casos, o país aparece como objeto de avaliação e vigilância, seja sob a forma da insuficiência administrativa, do risco econômico ou da falha histórica na gestão ambiental. A Amazônia, por sua vez, é recorrente como espaço simbólico de prova, risco ou culpa, raramente aparecendo como território atravessado por disputas coloniais, interesses globais e

responsabilidades historicamente desiguais.

Esses deslocamentos discursivos contribuem para a atualização de estruturas associadas à colonialidade do poder e do saber. Ao naturalizar critérios definidos no Norte Global como universais e ao atribuir ao país-sede uma responsabilidade central pelo êxito do evento, os editoriais reforçam hierarquias centro/periferia e reduzem o potencial simbólico da COP-30 como espaço capaz de questionar e tensionar narrativas hegemônicas sobre a governança ambiental. Assim, embora carregada de um grande significado ao ser sediada pela primeira vez na Amazônia, a COP-30 é reinscrita, nos textos analisados, em regimes de sentido já consolidados na ordem midiática e geopolítica global, mantendo o Brasil e a região amazônica em posições subalternas na hierarquia global de saberes, responsabilidades e expectativas.

Conclusão

A análise desenvolvida ao longo deste artigo permite compreender que a realização da COP-30 no Brasil, embora represente um deslocamento geográfico e simbólico relevante no histórico das conferências climáticas, não foi acompanhada, nos editoriais analisados, por um deslocamento equivalente nos regimes de sentido que organizam o debate ambiental no espaço midiático brasileiro. Ao contrário, observa-se a persistência de enquadramentos discursivos que reinscrevem o evento em parâmetros já consolidados de racionalidade, avaliação e hierarquização global, fortemente ancorados em referenciais eurocentrados.

Com base em Foucault (1979), é possível afirmar que o discurso editorial opera como um dispositivo de poder/saber, produzindo efeitos de verdade que não decorrem de uma suposta neutralidade informativa, mas da posição institucional de quem fala e do reconhecimento social dessa posição. Nos editoriais de O Estado de S. Paulo, O Globo e Folha de S. Paulo, a COP-30 é avaliada a partir de critérios que se apresentam como universais – eficiência organizacional, credibilidade institucional, previsibilidade econômica e responsabilidade moral – mas que, na prática, refletem regimes de racionalidade historicamente associados ao Norte Global.

Esse enquadramento discursivo produz efeitos consideráveis sobre o modo como a crise climática é compreendida no espaço público brasileiro. Ao centrar a atenção na capacidade, na credibilidade e no desempenho do país-sede, o debate ambiental se afasta de questões estruturais relacionadas à história colonial, à economia política do clima e às responsabilidades globais desiguais. Com isso, a COP-30 deixa de ser apresentada como espaço de disputa de sentidos e de negociação coletiva para se converter em uma instância de avaliação nacional, na qual o Brasil é constantemente chamado para demonstrar competência diante de padrões externos.

Esses critérios deslocam o debate climático de suas dimensões históricas, estruturais e geopolíticas para uma lógica de desempenho nacional, na qual o Brasil e, em particular, a Amazônia, aparecem como objetos de avaliação permanente. Em vez de serem representados como territórios atravessados por processos coloniais, dinâmicas globais de exploração e responsabilidades historicamente desiguais na produção da crise climática, o país e a região amazônica são reiteradamente enquadrados como espaços de falha, risco, imprevisto ou prova moral diante da comunidade internacional.

Nesse movimento, o discurso editorial contribui para a atualização do que Quijano (2000) denomina colonialidade do poder e do que Mignolo (2005) identifica como colonialidade do saber. Ao naturalizar parâmetros definidos no Norte Global como universais e ao deslocar responsabilidades climáticas para o país-sede, os textos reforçam hierarquias centro/periferia e produzem silenciamentos sobre as contribuições históricas desiguais para a crise climática. É nesse ponto que a contribuição de Chakrabarty (2021) se mostra central. Ao criticar a noção de uma universalidade abstrata da crise climática – frequentemente expressa pela ideia do Antropoceno – o autor demonstra como esse enquadramento tende a diluir diferenças históricas, coloniais e econômicas na produção do aquecimento global. Nos editoriais analisados, observa-se precisamente esse movimento: a crise climática é tratada como um problema comum da humanidade, mas a responsabilidade por seu enfrentamento é desigualmente atribuída, recaindo de forma reiterada sobre países do Sul Global e, neste caso, sobre o Brasil.

Essa desigualdade discursiva se articula, de maneira particularmente explícita no editorial de *O Globo*, à lógica econômica da governamentalidade neoliberal (FOUCAULT, 2008). Ao associar o sucesso da COP-30 à confiança dos mercados e à manutenção do fluxo de capitais, o debate climático é subordinado a uma racionalidade financeira que projeta sobre o país um horizonte permanente de risco econômico. Ainda que essa formulação apareça de modo mais direto em um dos editoriais, ela opera como pano de fundo comum aos demais: o Brasil surge como um território constantemente ameaçado pela possibilidade de fracasso, desinvestimento, perda de credibilidade e, em última instância, empobrecimento.

Essa narrativa produz um efeito disciplinador que ultrapassa o campo econômico. Ao projetar o país como permanentemente situado à beira do fracasso – seja administrativo, ambiental ou financeiro – o discurso editorial reforça uma lógica segundo a qual a única forma legítima de participação do Brasil no debate climático internacional é a adesão estrita a critérios de racionalidade econômica e governança definidos externamente. A pobreza, nesse contexto, não aparece apenas como condição material, mas como horizonte simbólico sempre iminente, mobilizado como advertência e mecanismo de conformação às expectativas do centro.

Desse modo, o discurso ambiental produzido pela grande imprensa não apenas reinscreve o país em uma posição subalterna na ordem geopolítica global, mas também o mantém simbolicamente aprisionado entre duas formas de precariedade: ou a pobreza já consumada, associada à incapacidade histórica de gerir seu território, ou o medo permanente de sua intensificação, caso não se alinhe aos padrões externos de racionalidade econômica e governança ambiental. Em ambos os casos, trata-se de um enquadramento que limita a possibilidade de imaginar alternativas fora da lógica do mercado e da vigilância internacional.

A realização da COP-30 na Amazônia, apresentada no discurso institucional como oportunidade de reorientar o olhar global sobre a crise climática, acaba assim sendo discursivamente neutralizada. A centralidade simbólica da região não se traduz, nos editoriais

analisados, em reconhecimento de sua complexidade sociopolítica, de seus conflitos coloniais ou de seus modos plurais de relação com a natureza, mas em uma lógica de prova, avaliação e responsabilização.

Ao evidenciar esses processos, este artigo teve o objetivo de contribuir para os estudos sobre mídia, discurso e decolonialidade ao demonstrar como a imprensa tradicional brasileira, mesmo situada no Sul Global, pode operar como mediadora e reprodutora de regimes de verdade eurocentrados. A análise dos editoriais mostra que o jornalismo opinativo não apenas reflete debates existentes, mas participa ativamente da produção de sentidos sobre o que é considerado legítimo, racional e aceitável no enfrentamento da crise climática.

Também foi objetivo deste artigo contribuir para refletir sobre o papel específico da grande imprensa brasileira na circulação e legitimação de narrativas globais sobre a crise climática. Mesmo situada no Sul Global, a mídia tradicional nacional frequentemente atua como mediadora subordinada de regimes de sentido produzidos no Norte, reproduzindo parâmetros de avaliação que reforçam hierarquias simbólicas já consolidadas. Nesse processo, o jornalismo opinativo, além de interpretar acontecimentos, participa ativamente da manutenção de assimetrias na definição do que conta como responsabilidade, sucesso ou fracasso no enfrentamento da crise ambiental.

Por fim, este estudo não pretende esgotar as possibilidades de análise sobre a COP-30 nem sobre o papel da mídia na construção do debate ambiental. Ao contrário, aponta para a necessidade de aprofundar investigações que considerem outros gêneros jornalísticos, outros atores midiáticos e, sobretudo, vozes historicamente silenciadas no espaço público. Em um contexto de intensificação da crise climática, compreender os regimes discursivos que moldam a percepção social do problema torna-se fundamental para imaginar formas alternativas de narrar, interpretar e enfrentar os desafios ambientais a partir de perspectivas menos hierarquizadas, menos economicistas e mais sensíveis às desigualdades históricas que estruturam o mundo contemporâneo.

Referências

- BACCEGA, Maria Aparecida. **Comunicação e linguagem: discursos e ciência**. São Paulo: Moderna, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- CHAKRABARTY, Dipesh. Planetary Crises and the Difficulty of Being Modern. **Millennium: Journal of International Studies**, London, v. 40, n. 1, p. 1–23, 2021.
- COULDRY, Nick. The Place of Media Power: Pilgrims and Witnesses of the Media Age. London: Routledge, 2000.
- COULDRY, Nick. Do mito do centro mediado ao mito do Big Data: reflexões sobre o papel da mídia na ordem social. **Comunicação, Mídia e Consumo**, v. 16, n. 47, 2019.
- ESTADÃO. **Paralisia climática**. São Paulo, 4 out. 2025. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/opiniaio/paralisia-climatica/>. Acesso em: 15 out. 2025.
- ESTADÃO. O risco de esvaziamento da COP-30. São Paulo, 18 set. 2025. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/opiniaio/o-risco-de-esvaziamento-da-cop-30/?srsltid=AfmBOoqnq1KGW7pHtIWComeYusTN8h3M4qE7JcRPZanJmGhzLov7Rafz>. Acesso em: 15 out. 2025
- FOLHA DE S.PAULO. **Quatro décadas de devastação florestal**. São Paulo, 6 set. 2025. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2025/09/quatro-decadas-de-devastacao-florestal.shtml>. Acesso em: 15 out. 2025.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. O nascimento da Biopolítica (E. Brandão, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 2004).
- MIGNOLO, Walter D. **The ideia of Latin America**. Malden: Blackwell, 2005.
- MIGNOLO, Walter D. Novas reflexões sobre a “idéia da América Latina”: a direita, a esquerda e a opção descolonial. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 53, p. 239-252, maio/ago. 2008.
- O GLOBO. **Sem metas de emissões, COP30 será frustrante**. Rio de Janeiro, 5 out. 2025. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniaio/editorial/coluna/2025/10/sem-metas-de-emissoes-cop30-sera-frustrante.ghhtml>. Acesso em: 15 out. 2025.
- ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2001.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-130.